RB Capital Companhia de Securitização

CNPJ/MF 02.773.542/0001-22

RB CAPITAL Securitizadora

Relatório da Administração - 2019 - 4º Trimestre

A RB Capital Companhia de Securitização ("Sociedade") realizou 49 emissões de Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") e 8 emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") no ano de 2019, e auferiu um resultado de R$ 13.396 mil provenientes basicamente da receita de serviços prestados de administração de patrimônio fiduciário sob sua gestão e "spread" na venda de CRI. A Administração da Companhia é otimista com o potencial de crescimento do mercado de crédito estruturado e securitização, dado o perfil de longo prazo dos nossos produtos, que continuam consistentemente demandados pelos investidores locais, incluindo institucionais e pessoas físicas. Desde o primeiro semestre de 2012, a razão social da Sociedade foi alterada de RB Capital Securitizadora Residencial para RB Capital Companhia de Securitização. O intuito da mudança foi de não configurar qualquer restrição, por tal denominação, ao espectro de atuação da Sociedade. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício de 2019, contratou a KPMG Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Companhia.

A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

ATIVO	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.461	4.449
Títulos e valores mobiliários	4	18.474	17.312
Contas a receber	5	1.023	858
Recebíveis imobiliários	6	-	1.198
Impostos a recuperar	7	1.380	846
Outros créditos	8	5.368	3.164
Total do ativo circulante		**30.706**	**27.827**
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	7.1	-	253
Intangível	9	1.769	475
Partes relacionadas	10	-	12
Total do ativo não circulante		**1.769**	**740**
Total do ativo		**32.475**	**28.567**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante			
Impostos, taxas e contribuições	11	2.720	433
Cessão de Certificados de Créditos Imobiliários (CCIs)	12	-	2.276
Contas a pagar		1.369	1.089
Salários e encargos sociais		243	-
Partes relacionadas	10	1.289	2.120
Total do passivo circulante		**5.622**	**5.918**
Passivo não circulante			
Provisão para riscos	13	26	376
Total do passivo não circulante		**26**	**376**
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1 / 14.2	15.692	13.503
Reserva Legal	14.5	3.138	2.701
Reservas de lucros	14.5	7.997	6.069
Total do patrimônio líquido		**26.827**	**22.273**
Total do passivo e patrimônio líquido		**32.475**	**28.567**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1 de janeiro de 2018		**12.703**	**2.541**	**7.985**	**-**	**23.229**
Aumento de Capital	14.2	800	-	-	-	800
Resultado do exercício		-	-	-	10.623	10.623
Dividendos	14.3	-	-	(7.985)	(3.015)	(11.000)
Juros sobre capital próprio	14.4	-	-	-	(1.379)	(1.379)
Reserva Legal	14.5	-	160	-	(160)	-
Retenção de lucros	14.5	-	-	6.069	(6.069)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**13.503**	**2.701**	**6.069**	**-**	**22.273**
Saldos em 1 de janeiro de 2019		**13.503**	**2.701**	**6.069**	**-**	**22.273**
Aumento de Capital	14.2	2.189	-	-	-	2.189
Resultado do exercício		-	-	-	13.396	13.396
Dividendos	14.3	-	-	(6.069)	(3.931)	(10.000)
Juros sobre capital próprio	14.4	-	-	-	(1.031)	(1.031)
Reserva Legal	14.5	-	437	-	(437)	-
Retenção de lucros	14.5	-	-	7.997	(7.997)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**15.692**	**3.138**	**7.997**	**-**	**26.827**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	15	21.053	21.071
Custo dos serviços prestados	16	(2.843)	(7.365)
Lucro bruto		**18.211**	**13.706**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(2.327)	(3.739)
Despesas de comercialização	17	(640)	(352)
Despesas com pessoal	17	(2.111)	-
Despesas tributárias	17	(16)	(459)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	952	(152)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**14.069**	**9.004**
Receita Financeira	18	6.206	18.798
Despesa Financeira	18	(576)	(12.284)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**19.698**	**15.518**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19.1 / 19.3	(6.050)	(5.076)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	(253)	181
Lucro líquido do exercício		**13.396**	**10.623**
Lucro líquido básico por ação - R$	20	1,939	1,753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	13.396	10.623
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**13.396**	**10.623**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		**13.396**	**10.623**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Despesa com imposto de renda e contribuição social	19	6.303	4.895
Atualização monetária de títulos e valores mobiliários	4	(1.162)	(1.166)
Incorporação RB Capital Securitizadora S.A	14.2	1.460	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	452	178
Amortização Software	9	143	-
Constituição (reversão) de provisão para riscos	13	(350)	(276)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Clientes e outros valores a receber	5	(617)	(217)
Aplicações financeiras vinculadas		-	257.250
Recebíveis imobiliários	6	1.198	36.538
Impostos a recuperar	7	(281)	1.258
Outros créditos		(2.204)	(1.343)
Partes Relacionadas	10	12	(9)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Impostos, taxas e contribuições	11	(1.362)	(4.139)
Cessão de Certificados de Créditos Imobiliários (CCIs)	12	(2.276)	(288.592)
Contas a pagar		524	592
Partes Relacionadas	10	88	(306)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**15.323**	**15.286**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.654)	(3.235)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**12.670**	**12.051**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Intangível	9	(1.436)	(475)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**(1.436)**	**(475)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	14.3	(10.000)	(11.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	1.200	-
Aumento de Capital	14.2	729	800
Pagamento de juros sobre capital próprio	10	(3.150)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**(11.221)**	**(10.200)**
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**12**	**1.376**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.449	3.073
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.461	4.449
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**12**	**1.376**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receitas			
Receita de serviços	15	22.199	21.943
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	(452)	(178)
		21.747	21.765
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados	16	(2.843)	(7.365)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.820)	(4.756)
		(7.663)	(12.121)
Valor adicionado líquido		14.085	9.644
Valor adicionado líquido produzido		14.085	9.644
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida	18	6.206	18.798
		6.206	18.798
Valor adicionado a distribuir		20.290	28.442
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições		6.319	5.535
Despesas financeiras	18	576	12.284
Dividendos pagos	14.3	(3.931)	(3.015)
Lucro retido	14.5	17.327	13.638
Valor adicionado distribuído		20.290	28.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais: A RB Capital Companhia de Securitização ("Companhia") é uma Companhia anônima aberta, tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 11º andar. Seu controlador é a RB Capital S.A. A Companhia tem como principal atividade a aquisição de créditos imobiliários e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e em direitos do agronegócio.

2. Resumo das principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, CPC 26, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), vigentes na data base. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil. As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **2.2. Bases de apresentação:** Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar essas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas correspondentes são revisadas continuamente. As revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidas somente no período em que a estimativa é revisada se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados conforme a seguir: **(a)** Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto; **(b)** Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim dos recebimentos dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto; **(c)** Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da administração. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: • A instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou • A instituição transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente cotas de fundo de investimento e Compromissadas. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado. **2.5. Passivos financeiros e instrumentos de capital outorgados pela Companhia:** Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo; • Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável; • Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: • O valor da provisão para perdas; e • O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15; • Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: • O valor da provisão para perdas; e • O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida. Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente. Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares). Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. **2.6. Cessão de cédula de crédito imobiliário a pagar:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que as obrigações estejam em aberto, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. **2.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e é possível mensurar o valor da obrigação de forma confiável. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indiquem a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, criam uma expectativa válida nessas outras partes de que ela cumprirá com essas responsabilidades. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **2.8. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) - Receita com contratos de clientes, adotada pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. ***2.8.1. Receita de "spread":*** O "spread" da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito imobiliário e/ou do agronegócio e o preço de colocação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e/ou dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro aplicando determinada taxa de desconto que somente é em parte repassada como forma de remuneração dos CRI/CRA, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no "spread" reconhecido à vista. Dessa forma, não é observado "spread" quando as taxas (preços) de compra e venda dos créditos forem as mesmas. ***2.8.2. Receita de serviços:*** A receita com a prestação de serviços de administração do patrimônio fiduciário é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber e reconhecida no momento da efetiva prestação do serviço. **2.9. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes, assim como os diferidos, são calculados com base no lucro tributável do exercício para o qual estão sendo calculados. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque inclui e exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens que não são tributáveis ou dedutíveis. O passivo referente aos impostos correntes da Companhia é apurado com base na sistemática de tributação de lucro real e utiliza as alíquotas em vigor nas datas dos balanços, ou seja, 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. **2.10. Lucro básico por ação:** O cálculo básico de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. **2.11. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os dividendos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo com base nos dividendos mínimos definidos pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelo Conselho de Administração e ad referendum da Assembleia Geral Ordinária. **2.12. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações contábeis . A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 "Demonstração do Valor Adicionado". **2.13. Novas normas, alterações e interpretações: *2.13.1. Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019: • IFRS 16 - Arrendamentos:*** Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. O IFRS 16 entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 - Leases e correspondentes interpretações. A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2019 contratos de arrendamentos que seriam escopo do IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Dessa forma, não houveram impactos com relação à aplicação da norma.

3. Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliadas com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos	915	112
Aplicações financeiras - Itaú - operação compromissada **(a)**	3.547	4.337
	4.461	**4.449**

(a) Referem-se a aplicações em operações compromissadas bancárias, com lastro em debêntures, remuneradas à 94% do CDI, e com liquidez imediata.

4. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2019	31/12/2018
Debêntures RB Capital Realty One Empreendimentos Imobiliários S.A. **(b)**	18.474	17.312
	18.474	**17.312**

(b) No dia 21 de agosto de 2015, a Companhia adquiriu debêntures emitidas pela RB Capital Realty One Empreendimentos Imobiliários S.A., conforme nota explicativa nº 10. Tais debêntures são remuneradas a 112% CDI ao ano, inicialmente com vencimento em agosto de 2019 e após aditivo ocorrido em novembro de 2019 o vencimento passou a ser março de 2020. Foram classificadas como valor justo por meio do resultado.

5. Contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber **(a)**	1.939	1.322
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa **(b)**	(916)	(464)
	1.023	**858**

(a) Do montante demonstrado na linha de contas a receber R$331 refere-se à incorporação da RB Capital Securitizadora S.A, conforme nota explicativa **13.2**. **(b)** Do montante demonstrado na linha de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa R$310 refere-se a incorporação da RB Capital Securitizadora S.A, conforme nota explicativa **13.2.** A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2019	31/12/2018
Vencidas		
Até 30 dias	222	142
31 a 60 dias	-	82
61 a 90 dias	84	63
91 a 180 dias	54	155
Acima de 180 dias	916	464
A vencer	**663**	**416**
	1.939	**1.322**

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a análise individual dos valores a receber. Não há garantia para os recebíveis.

Movimentação na provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do período	**(464)**	**(286)**
Adições	(404)	(509)
Adições - RB Capital Securitizadora S.A. **(b)**	(310)	-
Reversões	262	331
Saldo no fim do período	**(916)**	**(464)**

6. Recebíveis imobiliários

	31/12/2019	31/12/2018
Cédula de crédito imobiliário	-	1.198

Representa os recebíveis imobiliários adquiridos pela Companhia que serão utilizados como lastro para futuras emissões de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI). Referidos títulos não possuem alienação fiduciária e possuem coobrigação da securitizadora. Em 13 de dezembro de 2019 houve a cessão total dos créditos, de R$ 1.220 para a RB Capital S.A., por este motivo em 31/12/2019 o valor é zero. O ganho da cessão foi de R$ 732, conforme nota **10 (d)**.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - IRPJ/CSLL	661	245
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	352	426
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	261	161
Outros Impostos	106	14
	1.380	**846**

7.1. Impostos diferidos - ativos

	31/12/2019	31/12/2018
CSLL	-	67
IRPJ	-	186
	-	**253**

A natureza é de diferença temporária, referente ao impairment reconhecido do CRI 118 Pulverizado. Devido ao fato de que houve a cessão total dos créditos para a RB Capital S.A, em 31/12/2019 não existe mais diferenças temporárias contabilizadas.

8. Outros créditos

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas a serem reembolsadas **(a) (c)**	4.356	1.939
Outros **(b) (c)**	1.012	1.225
	5.368	**3.164**

(a) Referem-se a despesas incorridas pela Companhia para emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), que serão reembolsadas pelos emissores dos lastros dos CRIs. Tais despesas concentram-se em pagamentos para agentes fiduciários, custódia, taxas e emolumentos **(b)** Do montante, a maior parte refere-se à valores referente à rendimentos de aplicações financeiras não afetados pelo patrimônio separado, que conforme termo de securitização são destinados periodicamente à emissora. **(c)** Do montante de R$ 5.368, R$ 1.662 (sendo R$ 1.512 de despesas a serem reembolsadas e R$ 150 de outros créditos) refere-se à incorporação da RB Capital Securitizadora S.A., conforme nota explicativa **13.2**.

9. Intangível

	31/12/2019	31/12/2018
Softwares em desenvolvimento	549	475
Softwares prontos	1.362	-
Amortização softwares prontos	(143)	-
	1.769	**475**

10. Partes relacionadas

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante **(a)**	18.474	17.312
Ativo não circulante	-	12
Passivo circulante **(b)**	1.289	2.120

Resultado	31/12/2019	31/12/2018
Rendimento Debêntures - RB Capital Realty One Empreendimentos Imobiliários S.A. **(c)**	1.161	1.166
RB Capital S.A. **(d)**	478	(3.986)
RB Capital Serviços de Créditos Ltda **(e)**	(1.050)	(978)

(a) Refere-se às debêntures conforme nota explicativa nº 4; **(b)** Do montante de 2018 R$ 2.119 referem-se a juros sobre capital próprio a pagar, e em 2019, R$ 1.200 refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital; **(c)** Refere-se a ganho com aplicações em debêntures conforme nota explicativa nº 4; **(d)** Do montante de 2019, (R$ 393) refere-se à custo com compromisso de subscrição e R$ 732 ganho com a cessão dos créditos do CRI 118 Pulverizado, conforme nota explicativa nº 6. Com relação à 2018, em sua maioria refere-se a compromisso de subscrição; **(e)** Refere-se à custo com estruturação de operações de securitização.

11. Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2019	31/12/2018
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	604	27
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.707	271
PIS e COFINS	221	23
Outros impostos	188	112
	2.720	**433**

12. Cessão de certificados de recebíveis a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Cessão de Cédulas de Créditos Imobiliários e do Agronegócio		
CCI - CRI 118-119	-	2.273
Outros recebíveis imobiliários	-	3
	-	**2.276**

Em 10 de dezembro de 2019 o CRI foi amortizado antecipadamente devido ao fato de que os créditos correspondentes ao mesmo foram cedidos à RB Capital S.A., conforme nota explicativa 6.

13. Patrimônio líquido: 13.1. Capital social: O capital social está dividido em 6.908.863 ações (6.242.332 em 31 de dezembro de 2018), ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R$ 15.692 (R$ 13.503 em 31 de dezembro de 2018), totalmente integralizado. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$ 20.000, mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **13.2. Aumento de Capital:** Em 30 de novembro de 2019, a Companhia aumentou capital no valor de R$ 729 (R$800 em 2018), com a emissão de 218.834 (167.624 em 2018) ações, mediante a capitalização de AFAC. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia aumentou capital no valor de R$ 1.460, com a emissão de 447.697 ações, mediante a incorporação de parte do patrimônio da RB Capital Securitizadora S.A., que foi comprada pela RB Capital S.A.. **13.3. Dividendos:** Em 26 de junho de 2018, a Companhia pagou dividendos, no montante de R$ 5.000, referente aos lucros retidos. Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia pagou dividendos, no montante de R$6.000, sendo R$ 2.985 de lucros retidos e R$ 3.015 do resultado do exercício. Em 12 de agosto de 2019, a Companhia pagou dividendos, no montante de R$ 10.000, sendo R$ 6.069 de lucros retidos e R$ 3.931 do resultado do período. **13.4. Juros sobre capital próprio:** Em 28 de dezembro de 2018, a Companhia declarou juros sobre capital próprio, no montante de R$ 1.379 referente aos lucros do exercício. Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia declarou juros sobre capital próprio, no montante de R$ 1.031 referente aos lucros do exercício. **13.5. Destinação do resultado do exercício:** A destinação do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	**13.396**	**10.623**
Reserva legal - 5%	(437)	(160)
Base de cálculo para dividendos	12.959	10.463
Dividendos mínimos obrigatórios	**3.240**	**2.616**
Dividendos declarados	(3.931)	(3.015)
Juros sobre capital próprio pagos	(1.031)	(1.379)
Retenção de lucros	**(7.997)**	**(6.069)**

Os juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 33 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249/95, foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. **13.6. Constituição de Reservas de Lucros: Reserva legal -** constituída no montante de R$ 437 (R$ 160 em 31 de dezembro de 2018) equivalente a 5% do lucro líquido do exercício obedecendo o limite de 20% do capital social; **Reserva de retenção de lucros -** corresponde ao valor remanescente do lucro líquido do exercício R$ 7.996 (R$ 6.069 em 31 de dezembro de 2018). Conforme previsto no estatuto social, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, se existentes, não poderá ultrapassar 100% do capital social. O saldo terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral.

14. Receita líquida

	2019	2018
Receita bruta	22.199	21.943
Taxa de Administração de CRI	2.104	3.164
Taxa de Emissão de CRI	2.430	-
Taxa de Estruturação de CRI	220	-
Outras Receitas	139	-
Spread	17.307	18.779
Impostos incidentes	(1.146)	(872)
	21.053	**21.071**

A receita da Companhia é oriunda de receita de "spread" com a emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA) e da prestação de serviços de administração, emissão e estruturação dos patrimônios separados correspondentes das emissões desses certificados.

15. Custos dos serviços prestados

	2019	2018
Custo com agentes fiduciários	(52)	(109)
Custo com custódia e emissão	(23)	(41)
Custo com advogados	(131)	(21)
Custo com "servicing"	(4)	(3)
Custo com estruturação	(1.050)	(997)
Custo com distribuição	(504)	(341)
Custo com comissões	(1.002)	(1.572)
Custo com publicação	-	(25)
Custo com compromisso de subscrição	-	(4.070)
Outros custos	(77)	(186)
	(2.843)	**(7.365)**

16. Despesas por natureza, líquidas: A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC, o detalhamento das principais despesas operacionais por natureza está apresentado a seguir:

	2019	2018
Serviços de terceiros	(1.423)	(2.206)
Despesas com viagens	(182)	(223)
Despesas com taxas e cartórios	(58)	(800)
Despesas com informática e telecomunicações	(729)	(235)
Despesas com taxas e contribuições	(16)	(459)
Despesas com folha de pagamento	(2.111)	-
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(452)	(179)
Despesas com patrocínio	(422)	(262)
Despesas com anúncios e publicações	(154)	(90)
Outras receitas/(despesas) líquidas **(a)**	1.404	(248)
	(4.142)	**(4.702)**
Classificadas como	**2019**	**2018**
Despesas gerais e administrativas	(2.327)	(3.739)
Despesas com pessoal	(2.111)	-
Despesas de comercialização	(640)	(352)
Despesas tributárias	(16)	(459)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas **(a)**	952	(152)
	(4.142)	**(4.702)**

(a) Do montante, 732 refere-se ao ganho com a cessão dos créditos do CRI 118 Pulverizado, conforme nota 10 **(e)**.

17. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros ativos	1.217	4.402
Rendimentos de aplicações financeiras	4.988	14.748
Outras receitas	-	8
	6.206	**18.798**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(124)	(484)
Perda em aplicações financeiras	(429)	(11.790)
Outras despesas	(23)	(10)
	(576)	**(12.284)**
Resultado financeiro líquido	**5.630**	**6.514**

18. Imposto de renda e contribuição social: 18.1. Composição das despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Correntes

	2019	2018
Despesas correntes		
CSLL	(1.644)	(1.399)
IRPJ	(4.405)	(3.677)
	(6.050)	**(5.076)**

18.2. Composição das despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Diferidos

	2019	2018
Despesas diferidas		
CSLL	(67)	48
IRPJ	(186)	133
	(253)	**181**

18.3. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL: As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	**19.698**	**15.518**
Constituição/Reversões de provisões	326	262
Despesas indedutíveis gerais	153	263
Despesas temporárias	(1.907)	(494)
Lucro tributável	**18.270**	**15.549**
34% do lucro real	(6.212)	(5.287)
Benefício Lei Rounet 8.313/91	(138)	(186)
Outros	71	(24)
Benefício adicional IRPJ 10% 240 mil	(24)	602
Total IRPJ / CSLL	**(6.303)**	**(4.895)**

19. Lucro por ação: O cálculo básico de lucro líquido (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro líquido/(prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	2019	2018
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	**13.396**	**10.623**
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro básico por ação (em milhares)	6.909	6.060
Lucro líquido básico por ação (centavos por ação)	**1,939**	**1,753**

A Companhia não possui nenhum efeito dilutivo ou antidilutivo para o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e, por isso, não calculou o lucro diluído por ação.

20. Instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por: **(a)** Caixa e equivalentes de caixa: conforme descritos na nota explicativa nº 3; **(b)** Contas a receber, outros créditos, títulos e valores mobiliários, recebíveis imobiliários e outros créditos: conforme descritos nas notas explicativas nº 4, nº 5, nº 6 e nº 8; **(c)** Cessão de certificados de créditos imobiliários a pagar: conforme descrito na nota 12.

Instrumentos financeiros por categorias

Natureza	Classificação	Hirarquia	31/12/2019 Valor contábil	31/12/2019 Valor justo	31/12/2018 Valor contábil	31/12/2018 Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível 1	4.461	4.461	4.449	4.449
Títulos e valores mobiliários	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível 2	18.474	18.474	17.312	17.312
Contas a receber	Custo Amortizado	Nível 2	1.023	1.023	858	858
Recebíveis imobiliários	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	-	1.198	1.198
Outros créditos	Custo Amortizado	Nível 2	5.368	5.368	3.164	3.164
			29.326	**29.326**	**26.981**	**26.981**
Passivo						
Contas a pagar	Custo Amortizado	Nível 2	1.369	1.369	1.089	1.089
Cessão de crédito imobiliário a pagar	Custo Amortizado	Nível 2	-	-	2.276	2.276
			1.369	**1.369**	**3.365**	**3.365**

20.1. Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia contabilizados em 31 de dezembro de 2018 e 2019 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administram os fundos de investimento em que parte dos recursos da Companhia é aplicada. A Sociedade não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Sociedade baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual. **Hierarquia do valor justo:** A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado: • **Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. • **Nível 3** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. **20.2. Considerações gerais:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades. A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais. **20.3. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros:** Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2. O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseados em análises dos fluxos de caixa descontados. **20.4. Gestão de riscos financeiros:** A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros. ***20.4.1. Derivativos:*** No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos. ***20.4.2. Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de contas a receber e despesas reembolsáveis. ***20.4.3. Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis. Na atual data base a administração não identificou passivos financeiros com risco de liquidez. ***20.4.4. Risco de mercado:*** Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI. ***20.4.5. Análise de sensibilidade: Premissas***: A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir: • **Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados na data base no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico; • **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base; • **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base. ***Análise da administração:*** A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações financeiras e de parte dos valores a pagar de cessão de certificados de recebíveis imobiliários. A Companhia entende ainda que, apesar de possuir ativos e passivos indexados ao CDI, necessita de apenas um cenário de risco, desde que esse seja o mais conservador para o resultado líquido dos instrumentos. A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Diminuição da taxa do CDI			
Caixa e equivalentes de caixa/ Títulos e valores mobiliários	4,40%	3,30%	2,20%

Fator de risco	Risco	Instrumento	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa Títulos e Valores Mobiliários Outros Créditos	1.134	850	566

21. Remuneração da administração: Os administradores da Companhia atuam em determinadas frentes de negócios do Grupo RB Capital, tais como originação, estruturação e securitização, sendo remunerados de acordo com a dedicação à cada atividade desempenhada. Pela dedicação aos serviços de securitização, o Grupo RB Capital remunerou os administradores da Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, entre fixo e variável, o montante de R$ 165 (R$ 204 em 31 de dezembro de 2018) em sua totalidade representada por benefícios de curto prazo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a RB Capital Companhia de Securitização não pagou honorários a seus administradores.

22. Operações por segmento: Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 "Informações por segmento", que é equivalente ao IFRS 8 "Segmentos operacionais". O CPC 22 é mandatório para demonstrações contábeis cujos exercícios se encerram a partir de 31 de dezembro de 2010. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento (securitização de recebíveis imobiliários) e, por isso, considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

23. Eventos subsequentes: Não houve evento subsequente passível de divulgação no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

24. Aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e suas emissões foram autorizadas em 28 de fevereiro de 2020.

A DIRETORIA

GEOVANNA VOLPE BARONE SILVA - Contadora - CRC 1SP330286/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

RB Capital Companhia de Securitização S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da RB Capital Companhia de Securitização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da RB Capital Companhia de Securitização S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Não temos principais assuntos de auditoria a serem comunicados.

Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 relativos ao balanço patrimonial, às demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, apresentados para fins de comparabilidade, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado em 26 de março de 2019 sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0